



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 25/09/2017

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Disciplina: Direito Empresarial II
Prof: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 01

Na cláusula décima do contrato social de Populina Comércio de Brinquedos Ltda., ficou estabelecido que: *“qualquer título da quota de qualquer dos sócios depende da oferta prévia aos demais sócios (direito de preferência) nas mesmas condições da oferta a não sócio. Caso, após o decurso de 30 (trinta) dias, não haja interessado, o cedente poderá livremente realizar a cessão da quota a não sócio”*. Tendo em vista as disposições do Código Civil acerca de cessão de quotas na sociedade limitada, assinale a afirmativa correta:

- a) A cláusula é integralmente válida, tendo em vista ser lícito aos sócios dispor no contrato sobre as regras a serem observadas na cessão de quotas.
- b) A cláusula é nula, porque não é lícito aos sócios dispor no contrato sobre a cessão de quotas, eis que ela depende sempre do consentimento dos demais sócios.
- c) A cláusula é ineficaz em relação à sociedade e a terceiros, porque o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a outro sócio, independentemente da audiência dos demais.
- d) A cláusula é válida parcialmente, sendo nula na parte em que autoriza a cessão a não sócio, eis que ela depende sempre do consentimento de três quartos do capital social.

Questão 02

Nos termos do disposto no art. 997 do CCB/2002, a Sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará, EXCETO:

- a) Nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos sócios, se pessoas naturais, e a firma ou a denominação, nacionalidade e sede dos sócios, se jurídicas; a quota de cada sócio no capital social, e o modo de realizá-la;
- b) A declaração dos sócios assumindo a obrigação de recolher tempestivamente os impostos, não manter empregados sem registro e observar as normas de preservação ambiental, sob pena de responder com seus bens pessoais pelos prejuízos que causar;
- c) Capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária; as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços; denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;
- d) As pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições; a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Questão 03

No Brasil alguns produtos são caracterizados por sua indicação geográfica, termo que engloba a indicação de procedência e a denominação de origem nos termos da Lei de Propriedade Industrial. Neste sentido, o parque industrial da cachaça no município de Paraty, considerando a modernização dos equipamentos e o aumento da capacidade dos alambiques, possui hoje uma capacidade máxima de produção de 491.360 litros/ano, somando-se a capacidade de produção dos 7 (sete) alambiques em atividade no município. A safra produzida no ano de 2007 foi de 210.000 litros, conforme vistoria realizada pela APACAP, onde foram colhidas as amostras para a análise dos produtos. Os produtores que se encontram totalmente dentro das regulamentações da IG Paraty e que receberam os primeiros selos no sábado são: Cachaça Coqueiro, Cachaça Corisco, Cachaça Engenho D'Ouro, Cachaça Labareda, Cachaça Maria Isabel e Cachaça Paratiana. Por outro lado, o arroz do litoral norte gaúcho tem como principal peculiaridade a maior percentagem de grãos inteiros e a baixa taxa de gessamento, que confere maior translucidez e cor branca mais intensa ao grão. Essas características são verificadas devido à influência dos ventos, da temperatura e da umidade que predominam na área. O vento

constante e a quantidade abundante de água na região, pela proximidade com a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, proporcionam clima e temperaturas estáveis. Essas condições são ideais para o cultivo do arroz, reconhecido e valorizado pelos atacadistas e beneficiadores de todo o país, como produto de melhor qualidade e maior rendimento. Ante o que fora estudado pode-se afirmar que:

- a) A Cachaça de Paraty é denominação de origem e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho é indicação de procedência.
- b) A Cachaça de Paraty e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho são indicação de procedência.
- c) A Cachaça de Paraty e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho são denominação de origem.
- d) A Cachaça e Paraty é indicação de procedência e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho é denominação de origem.

Questão 04

Soraia Dantas emitiu uma nota promissória em favor de Carine Monteiro, decorrente da aquisição de uma máquina de costura padrão industrial, com vencimento para 03/06/2014. O título foi endossado em favor de Leonardo D'Ângelo, que, em seguida, endossou a cambial para Amadeus Pereira. O endosso de Leonardo foi avalizado por Frederico Guedes. Procurado para pagamento, a obrigada principal alegou não ter condições, no momento, para quitar o débito. Diante dessa situação, o portador, após levar o título a protesto, ajuizou a competente ação de execução em face de Frederico Guedes. Em sede de embargos, o executado aduziu não ter legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, porquanto Leonardo, cuja obrigação foi por Frederico avalizada, é ainda menor de idade, o que ficou comprovado com a apresentação da certidão de nascimento, dando conta de que ele nasceu em 2007. Ante o exposto pode-se afirmar que:

- a) A obrigação de Frederico inexistente, tendo em vista que o avalizado é menor de idade.
- b) A obrigação de Frederico persiste, porquanto a obrigação do avalista é autônoma.
- c) A obrigação de Frederico persiste tendo em vista tratar-se de obrigação acessória.
- d) A obrigação de Frederico inexistente tendo em vista tratar-se de obrigação autônoma.

Questão 05

Relativamente aos títulos de crédito, analise as proposições a seguir:

- I) Pelo princípio da abstração, o credor do título de crédito deve provar que se encontra na posse do documento para exercer o direito nele mencionado.
- II) Atos consubstanciados em documentos apartados não influenciam no conteúdo das obrigações retratadas no título, pois dele não são considerados parte.
- III) Pelo princípio da autonomia das obrigações cambiais, os vícios que comprometem a validade de uma relação jurídica, documentada em título de crédito, não se estendem às demais relações abrangidas no mesmo documento.
- IV) Quando o título de crédito é posto em circulação pelo endosso, diz-se que se opera a abstração, isto é, a desvinculação do título em relação ao ato ou negócio jurídico que deu ensejo à sua criação.
- V) O devedor pode opor a quem recebeu o título por endosso exceções fundadas sobre as relações pessoais com o credor primitivo (endossante), em virtude do negócio jurídico que deu causa à emissão do título.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Somente as proposições III e IV.
- b) Somente as proposições II, III e IV.
- c) Somente as proposições II e III.
- d) Somente a proposição IV.

Questão 06

Acerca de letra de câmbio e nota promissória, assinale a opção correta.

- Sendo o aceite da letra de câmbio uma faculdade do sacado, não é necessário que ele justifique a sua recusa, mas esta produzirá efeitos para o sacador e para o tomador, uma vez que ocorrerá o vencimento antecipado do título, podendo o tomador exigir do sacador o seu imediato pagamento.
- De acordo com o STF, a letra de câmbio e a nota promissória emitidas ou aceitas com omissões, ou em branco, não poderão ser completadas pelo credor antes da cobrança ou do protesto, ainda que de boa-fé.
- Para promover a execução contra o aceitante da letra de câmbio ou contra o emitente da nota promissória, bem como contra seus respectivos avalistas, o credor deverá, ainda que presentes os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade, promover o protesto da cártula, por se tratar de uma ação direta, e não de regresso.
- A letra de câmbio a certo termo da data vence após determinado prazo, que é estipulado pelo sacador quando da emissão da letra de câmbio e começa a correr a partir do aceite.

Disciplina: Direito Administrativo I Prof: Nelson Oberlander

Questão 07

A demora da Administração Pública em cumprir com a obrigação de saldar os débitos líquidos, certos e devidamente requisitados pelo Poder Judiciário por meio de precatório judicial, ainda que sob a ótica doutrinária:

- justifica-se pelo poder-dever do Estado de dar atendimento, com primazia, aos interesses públicos primários, por princípio constitucional, indisponíveis, considerando que a rápida e efetiva solução dos precatórios judiciais diz respeito à indenização de caráter privado.
- ofende o princípio da supremacia do interesse público primário do Estado, considerando que a demora da solução dos precatórios atende exclusivamente ao interesse secundário do Estado.
- justifica-se à vista do regime jurídico-administrativo que tutela o interesse coletivo, considerando que dar efetivo e rápido cumprimento aos precatórios judiciais implica empobrecimento do erário público em prejuízo da coletividade que não prescinde da prestação de serviços públicos.
- justifica-se no fato de a Administração Pública ser dotada do poder discricionário de atender, em primeiro lugar, ao interesse do Estado, considerando que todo interesse do Estado por si só se define como interesse público.

Questão 08

Acerca do sistema administrativo brasileiro, é CORRETO afirmar:

- Embora existente decisão administrativa sobre determinado tema, esta é passível de apreciação judicial.
- Adota-se o sistema de jurisdição mediante o contencioso administrativo, excludente da atuação judicial.
- O sistema de jurisdição dúplice, vigente no Brasil, permite a simultaneidade da atuação do contencioso administrativo e a atuação judicial.
- As decisões administrativas não estão sujeitas a reexame recursal, devendo ser revistas pela via judicial.

Questão 09

O conceito de Direito Administrativo é peculiar e sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios e normas jurídicas que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado. A par disso, é fonte primária do Direito Administrativo:

- a) a jurisprudência.
- b) os costumes.
- c.() a lei, em sentido amplo.
- d.() os princípios gerais de direito.

Questão 10

A interpretação das normas de direito administrativo, embora não refratária à aplicação analógica das regras do direito privado, singulariza-se pelos elementos indicados a seguir:

- a) presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos.
- b) revogabilidade e anulabilidade dos atos administrativos, por motivos de conveniência ou oportunidade, insuscetíveis de avaliação judicial.
- c) disponibilidade dos interesses públicos, em razão do poder discricionário atribuído a todos os agentes públicos.
- d) desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados.

Questão 11

A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa típica, engloba as seguintes atividades, exceto:

- a) Polícia Administrativa.
- b) Elaboração legislativa, com caráter inovador.
- c) Fomento a atividades privadas de interesse público.
- d) Intervenção no domínio econômico.

Questão 12

Um dos aspectos primordiais do Direito Administrativo brasileiro é o de ser um conjunto:

- a) de princípios e normas limitador dos poderes do Estado.
- b) de princípios e normas aglutinador dos poderes do Estado de maneira a colocar o administrado em relação de subordinação hierárquica a tais poderes.
- c) de princípios e normas que não alberga a noção de bem de domínio privado do Estado.
- d) instrumental de princípios e normas que regula exclusivamente as relações jurídicas administrativas entre o Estado e o particular.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV

Prof^a: Juliana Soler

Questão 13

Joaquim, comerciante do centro de São Paulo, cansado de tantos assaltos ao seu estabelecimento comercial, passou a custear um grupo de ex-policiais, com a finalidade de que executassem os ladrões. O referido grupo planejava a execução quando foram descobertos pela polícia. Nesta situação, Joaquim e os integrantes do grupo, responderão por:

- a) associação criminosa
- b) homicídio tentado e associação criminosa
- c) homicídio tentado e constituição de milícia privada.
- d) constituição de milícia privada.

Questão 14

Pedro, gerente do Banco Central, responsável pela autorização da fabricação de moeda nacional, visando economizar matéria prima, autoriza a fabricação de moeda com peso inferior ao determinado em lei. Nesta situação a conduta praticada por Pedro:

- a) configura o crime de moeda falsa em sua figura qualificada.
- b) é atípica, já que Pedro é o responsável pela autorização da fabricação da moeda.
- c) configura o crime de moeda falsa simples.
- d) configura o crime de moeda falsa em sua figura privilegiada.

Questão 15

Lucio falsifica cheque de titularidade de Joana, ante o previsto em nossa legislação pátria, a conduta de Lucio, configura:

- a) o crime de falsificação de documento particular.
- b) o crime de moeda falsa, já que o cheque é ordem de pagamento à vista.
- c) o crime de falsificação de documento público, já que o cheque para fins penais foi equiparado a documento público.
- d) o crime de falsificação de documento público, sendo dispensado o exame de corpo de delito, já que se trata de modalidade de falso ideológico.

Questão 16

João após a prática de furto de veículo automotor, falsifica documentos, a fim de que ele conste como titular do bem, possibilitando com isso a futura venda deste. Nesta situação como ocorreu a ofensa a bens jurídicos tutelados diversos (patrimônio e fé pública) é possível afirmar que João responderá:

- a) somente pelo crime de falsidade documental.
- b) somente pelo crime de furto.
- c) por crime continuado.
- d) haverá concurso material de crimes, pois são crimes autônomos, que ofendem objetividades jurídicas diversas.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos II

Prof^a.: Érica Cristina Molina

Questão 17

De acordo com o Código Civil Art. 557. Podem ser revogadas por ingratidão as doações:

- I - as doações puramente remuneratórias;
- II - se o donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu crime de homicídio doloso contra ele;
- III - se cometeu contra ele ofensa física;
- IV - as oneradas com encargo já cumprido;
- V - se o injuriou gravemente ou o caluniou;
- VI - se, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava;
- VII- as que se fizerem em cumprimento de obrigação natural;
- VIII - as feitas para determinado casamento.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I- III- V- VI e VII.
- b) II- III- V e VI.
- c) III- IV- VI e VII.
- d) I- III- IV- V- VII e VIII.

Questão 18

Lucas, empregado de Fit Construções, firmou contrato de locação com Mauro, pelo prazo de 30 meses, tendo sido estipulado que, em caso de devolução antecipada do imóvel, seria devida multa equivalente a 3 aluguéis. Depois do início do contrato, Fit Construções transferiu Lucas para localidade diversa, levando-o a devolver o imóvel. Para que ocorra a devolução, Lucas deverá:

- Notificar Mauro com antecedência mínima de 30 dias, ficando dispensado do pagamento de multa apenas no caso de Fit Construções se tratar de empresa pública.
- Pagar a multa pactuada, em sua integralidade.
- Notificar Mauro com antecedência mínima de 30 dias e pagar a multa pactuada proporcionalmente ao período de cumprimento do contrato.
- Notificar Mauro com antecedência mínima de 30 dias, ficando dispensado do pagamento de multa, seja Fit Construções empresa pública ou privada.

Questão 19

O TITULAR é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa que lhe foi confiada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos. O TITULAR constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo CONTRATANTE. Corresponde, respectivamente, ao titular e ao contratante aos quais a assertiva se refere:

- depositário e depositante.
- mandatário e mandante.
- locatário e locador.
- comodatário e comodante.

Questão 20

Um cidadão doou ao Município um terreno, fazendo constar da escritura, em seguida registrada no Registro de Imóveis, que nele deverá ser construído um prédio e instalada uma creche, para atender crianças cujos pais não tivessem recursos financeiros. A hipótese configura doação:

- Sob condição suspensiva, que suspende a aquisição e o exercício do direito de propriedade pelo Município, por isso o doador não poderá exigir a execução da obra ou a instalação da creche.
- Com encargo, que não suspende a aquisição nem o exercício do direito de propriedade pelo Município, mas o doador poderá exigir sua execução, ou, depois de sua morte, poderá exigí-la o Ministério Público.
- Sob condição potestativa, que se considera não escrita, por isso não suspende a aquisição nem o exercício do direito de propriedade pelo Município, que, inclusive, poderá dar outra destinação ao terreno.
- Com encargo, que suspende o exercício, mas não a aquisição do direito de propriedade pelo Município, e o doador poderá exigir a execução da obra e instalação da creche, ou, depois de sua morte, poderá exigí-las o Ministério Público.

Questão 21

Maria entregou à sociedade empresária JL Veículos Usados um veículo Vectra, ano 2008, de sua propriedade, para ser vendido pelo valor de R\$ 18.000,00. Restou acordado que o veículo ficaria exposto na loja pelo prazo máximo de 30 dias. Considerando a hipótese acima e as regras do contrato estimatório, assinale a afirmativa correta.

- O veículo pode ser objeto de penhora pelos credores da JL Veículos Usados, mesmo que não pago integralmente o preço.
- A sociedade empresária JL Veículos Usados suportará a perda ou deterioração do veículo, não se eximindo da obrigação de pagar o preço ajustado, ainda que a restituição se impossibilite sem sua culpa.

(C) Ainda que não pago integralmente o preço a Maria, o veículo consignado poderá ser objeto de penhora, caso a sociedade empresária JL Veículos Usados seja acionada judicialmente por seus credores.

(D) Maria poderá dispor do veículo enquanto perdurar o contrato estimatório, com fundamento na manutenção da reserva do domínio e da posse indireta da coisa.

Questão 22

João, filho de Mário (falecido em 01.01.2014) e neto de Raimundo por filiação paterna, comparece à Defensoria Pública informando que seu avô, proprietário de 2 (dois) imóveis, realizou doação de uma de suas casas, em 05.05.2015, a suas duas únicas filhas vivas, Marta e Maura, sendo que o interessado, João, único filho de Mário, não anuiu com a doação, nada recebeu em virtude do ato de liberalidade e tampouco fora comunicado dela. Diante deste fato:

(A) Tendo em vista que a doação de ascendentes a descendentes importa adiantamento do que lhes cabe por herança, as filhas de Raimundo deverão ser chamadas à colação caso verificado que a doação excedeu a parte disponível dos bens do doador, sujeitando-se à redução a parte da doação feita que exceder a legítima e mais a quota disponível.

(B) Verificando-se tratar de doação inoficiosa, o contrato restará eivado de nulidade que afetará o negócio jurídico como um todo.

(C) Caso Raimundo tivesse redigido testamento, anteriormente à morte de Mário, atribuindo seu outro imóvel a esse filho somente, ante a morte de Mário, João herdaria o bem com base em seu direito de representação.

(D) Caso no momento da morte do doador se verifique que a doação realizada ultrapassou a legítima, nesta oportunidade aferida, a doação poderá ser considerada nula quanto à parte que exceder à que o doador poderia dispor em testamento.

Disciplina: Direito Processual Civil II Prof ^a : Laurinéia Borges

Questão 23

Quando duas ou mais pessoas litigam no mesmo polo processual, chama-se

- a) litispendência.
- b) litisconsórcio.
- c) conexão.
- d) continência.

Questão 24

Considerando a disciplina do litisconsórcio prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, do mesmo escritório de advocacia, não terão os prazos contados em dobro para as suas manifestações.
- b) O litisconsórcio facultativo pode ser limitado por decisão do juiz da causa quando o número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- c) No litisconsórcio unitário, os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- d) No litisconsórcio necessário, havendo desinteresse de um dos litisconsortes na realização da audiência de conciliação e mediação, esta não será realizada.

Questão 25

Proposta ação de usucapião em relação a uma casa, observa o juiz, de imediato, que a petição inicial aludiu apenas à pessoa em cujo nome se encontra registrado o imóvel objeto do pedido, sem que na peça processual haja qualquer referência aos proprietários dos imóveis confinantes. Nesse cenário, deve o magistrado:

- proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, já que a hipótese é de litisconsórcio facultativo;
- proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, já que, embora a hipótese seja de litisconsórcio necessário, somente a parte ré pode alegar, em sua contestação, a sua inobservância;
- proferir de imediato sentença de extinção do processo;
- determinar que o autor, em prazo a lhe ser assinado, requeira a citação dos litisconsortes faltantes, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito;

Questão 26

O Código de Processo Civil afirma que duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando: entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide; ou os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito; ou entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir; ou ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito. Desse modo, aponte a alternativa que contenha o raciocínio que é concordante com este enunciado:

- Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos, no caso em que seja litisconsórcio unitário. Caso seja facultativo, a intimação de um supre a dos demais.
- Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; mas os atos e as omissões de um prejudicarão ou beneficiarão os outros.
- O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de intimação para fazê-lo em 10 (dez) dias.
- O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.

Disciplina: Direito Constitucional III Prof: Mário Cesar

Questão 27

O instituto da intervenção é de extrema excepcionalidade, razão pela qual restam minuciosamente delineadas as hipóteses na CRFB/88. Assinale a opção que contempla, à luz da CRFB/88, hipótese correta de intervenção.

- O Município Y, localizado no Estado Z, não vem destinando nos últimos seis meses o mínimo exigido da receita municipal na manutenção das escolas públicas municipais, sob o fundamento de que a iniciativa privada realiza melhor ensino. Nesta hipótese, tanto a União quanto o Estado Z, à luz da CRFB/88, poderão intervir no Município Y para garantir a aplicação do mínimo exigido da receita municipal na aludida manutenção.
- Nos casos de desobediência à ordem ou decisão judiciária, a decretação de intervenção independe de requisição judicial.
- O Município Z, em razão de problemas orçamentários, em 2013, decidiu, excepcionalmente, pela primeira vez na sua história, não realizar o pagamento da sua dívida fundada. À luz da CRFB/88, poderá o Estado W, onde está localizado o referido Município, intervir no ente menor para garantir o pagamento da dívida fundada.

d) O Estado X, sob o pretexto de celeridade e efetividade, vem realizando somente contratações diretas, sem a aplicação da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93. Nessa situação, poderá a União intervir no Estado X para prover a execução de lei federal.

Questão 28

A parte da população do Estado da Tapioca situada ao sul do seu território, insatisfeita com a pouca atenção que vem recebendo dos últimos governos, organiza-se e dá início a uma campanha para promover a criação de um novo Estado membro da República Federativa do Brasil – o Estado do Acarajé, que passaria a ocupar o território situado na parte sul do Estado da Tapioca. O tema desperta muita discussão em todo o Estado, sendo que alguns argumentos favoráveis e outros contrários ao desmembramento começam a ganhar publicidade na mídia. Reconhecido constitucionalista analisa os argumentos listados a seguir e afirma que apenas um deles pode ser referendado pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro. Assinale-o.

- a) Além de aprovação pela população interessada, o desmembramento também pressupõe a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional com esse objeto.
- b) O desmembramento não poderia ocorrer, pois uma das características fundamentais do Estado Federal é a impossibilidade de ocorrência do chamado direito de secessão.
- c) O desmembramento poderá ocorrer, contanto que haja aprovação, por via plebiscitária, exclusivamente por parte da população que atualmente habita o território que formaria o Estado do Acarajé.
- d) Além de manifestação da população interessada, o sistema constitucional brasileiro exige que o desmembramento dos Estados seja precedido de divulgação de estudos de viabilidade.

Questão 29

A Assembleia Legislativa do Estado do Z, ao constatar a ausência de normas gerais sobre matéria em que a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente, resolve tomar providências no sentido de legislar sobre o tema, preenchendo os vazios normativos decorrentes dessa lacuna. Assim, dois anos após a Lei E/2013 ter sido promulgada pelo Estado Z, o Congresso Nacional promulga a Lei F/2015, estabelecendo normas gerais sobre a matéria. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei E/2013 foi devidamente revogada pela Lei F/2015, posto não ser admissível, no caso, que norma estadual pudesse preservar a sua eficácia diante da promulgação de norma federal a respeito da mesma temática.
- b) A Lei F/2015 não poderá vigor no território do Estado M, já que a edição anterior da Lei E/2013, veiculando normas específicas, afasta a eficácia das normas gerais editadas pela União em momento posterior.
- c) A Lei E/2013 perde a sua eficácia somente naquilo que contrariar as normas gerais introduzidas pela Lei F/2015, mantendo eficácia a parte que, compatível com a Lei F/2015, seja complementar a ela.
- d) A competência legislativa concorrente, por ser uma espécie de competência comum entre todos os entes federativos, pode ser usada indistintamente por qualquer deles, prevalecendo, no caso de conflito, a lei posterior, editada pelo Estado ou pela União.

Questão 30

Acerca da organização do Estado, considere as assertivas abaixo.

I. A soberania é atributo exclusivo do Estado Federal, restando aos Estados-membros a autonomia, na forma da descentralização da atividade administrativa e do poder político. A autonomia política dos Estados-membros compreende o poder de editar suas próprias Constituições, sujeitas a certos limites impostos pela Constituição Federal.

II. O Estado Unitário é conduzido por uma única entidade política, que centraliza o poder político; o Estado Federal é composto por mais de um governo, ou seja, aquele que se compõe de mais de uma organização política, todas elas politicamente autônomas em consonância com a própria Constituição.

III. O pacto federativo é indissolúvel. Excepcionalmente, é possível a regulamentação da secessão desde que atendidos os seguintes requisitos: edição de Lei Complementar específica; consulta direta, através de plebiscito, aos moradores do Estado; e comprovação de viabilidade financeira e orçamentária da proposta.

IV. A Competência exclusiva material da União são competências administrativas, e sua principal característica é a possibilidade de delegação, ou seja, há previsão constitucional para que a União delegue o exercício dessa competência aos Estados, Distrito Federal ou municípios.

V. A aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde é considerado princípio constitucional sensível, e seu descumprimento pode ensejar a intervenção federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e V.
- c) III, IV e V.
- d) III e IV.

Questão 31

Considerando o princípio da separação dos poderes de acordo com a Constituição, analise as proposições a seguir:

I - A Câmara dos Deputados pode convocar o Presidente do Banco Central a prestar informações sobre assunto determinado.

II - O Presidente do Banco Central, subordinado ao Presidente da República, não está obrigado a atender à convocação de nenhuma das casas do poder legislativo.

III - O Ministro da Fazenda pode por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa diretora do Senado Federal, comparecer àquela Casa do Congresso Nacional para expor assunto de relevância de seu Ministério.

Está(ao) correta(s) **APENAS** a(s) proposição(ões):

- a) II
- b) III e II
- c) I e III
- d) III

Questão 32

Nos termos da organização político-administrativa da federação brasileira, os Territórios:

- a) não poderão ser desmembrados, embora possam ser divididos em Municípios, os quais somente sofrerão intervenção da União nas hipóteses estabelecidas pela Constituição da República para intervenção federal nos Estados.
- b) possuirão órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais, caso tenham mais de cem mil habitantes.
- c) exercem as competências legislativas reservadas pela Constituição da República a Estados e Municípios, assim como o Distrito Federal.
- d) elegerão Deputados Federais, pelo número mínimo de representantes previstos para os Estados e Distrito Federal na Constituição da República, mas, diferentemente desses, não elegerão Senadores.

Disciplina: Filosofia Jurídica

Prof: Mário Cesar

Questão 33

A partir da leitura de Aristóteles (*Ética a Nicômaco*), assinale a alternativa que corresponde à classificação de justiça constante do texto:

“... uma espécie é a que se manifesta nas distribuições de honras, de dinheiro ou das outras coisas que são divididas entre aqueles que têm parte na constituição (pois aí é possível receber um quinhão igual ou desigual ao de um outro)...”

- a) Justiça Natural.
- b) Justiça Distributiva.
- c) Justiça Comutativa.
- d) Justiça Corretiva.

Questão 34

Considere a seguinte afirmação de Aristóteles:

Temos pois definido o justo e o injusto. Após distingui-los assim um do outro, é evidente que a ação justa é intermediária entre o agir injustamente e o ser vítima da injustiça; pois um deles é ter demais e o outro é ter demasiado pouco. (*Aristóteles. Ética a Nicômaco. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 329*).

De efeito, é correto concluir que para Aristóteles a justiça deve sempre ser entendida como

- a) produto da legalidade, pois o homem probo é o homem justo.
- b) relação de igualdade aritmética.
- c) espécie de meio termo.
- d) ação natural imutável.

Toda a educação, no momento, não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça.